

**DECRETO Nº 2.813, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Reestrutura, no âmbito da Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher, o Grupo de Trabalho Intersectorial (GT Auxílio Famílias), conforme específica.

O **PREFEITO DE PALMAS** no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso III, da [Lei Orgânica do Município](#),

**CONSIDERANDO** que o sistema de garantias de direito da criança e do adolescente foi instituído com a finalidade de desenvolver mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da [Constituição Federal](#);

**CONSIDERANDO** o disposto no [Estatuto da Criança e do Adolescente](#), instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

**CONSIDERANDO** a necessidade de analisar a possibilidade de implantação do Programa de Cuidados de Crianças, Adolescentes, Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas em Família Extensa no Município;

**CONSIDERANDO** que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, a fim de assegurar sua participação na comunidade, defender sua dignidade e bem-estar, assim como garantir-lhes o direito à vida, nos termos do art. 230 da [Constituição Federal](#);

**CONSIDERANDO** a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a [Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência \(Estatuto da Pessoa com Deficiência\)](#), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, objetivando sua inclusão social e cidadania;

**CONSIDERANDO** que o art. 203, inciso IV, da [Constituição Federal](#) estabelece como um dos objetivos da seguridade social a garantia de habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

**CONSIDERANDO** a Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, que dispõe sobre o [Estatuto da Pessoa Idosa](#), destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

**CONSIDERANDO** as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social que prevê a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;

**CONSIDERANDO** os objetivos da assistência social nos termos do art. 2º da [Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#), que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

**CONSIDERANDO** que os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, nos termos do art. 24 da [Lei nº 8.742, de 1993](#);

**CONSIDERANDO** o Ofício Interno nº 107/2025/SPE/SEMAS, da Superintendência de Proteção Social Especial (documento e-Palmas nº 00000.9.288532/2025),

### **D E C R E T A:**

**Art. 1º** É reestruturado, no âmbito da Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher, o Grupo de Trabalho Intersectorial (GT Auxílio Famílias), instituído pelo [Decreto nº 2.582, de 11 de outubro de 2024](#), com a finalidade de analisar a viabilidade de implantação do Programa de Auxílio Financeiro aos membros da família de origem natural ou extensa.

Parágrafo único. A análise de viabilidade de implantação do Programa de Auxílio Financeiro, realizada pelo GT Auxílio Famílias, estende-se também aos representantes da rede social de apoio primário, responsáveis pelos cuidados de crianças, de adolescentes, de pessoas com deficiência de pessoas idosas, atendidos pela Proteção Social Especial do Município.

**Art. 2º** Para fins do disposto no art. 1º deste Decreto, e em consonância com as respectivas normativas aplicáveis, o GT Auxílio Famílias atuará na prevenção:

I - do agravamento das situações de risco pessoal ou social, por violação de direitos;

II - do acolhimento institucional ou da permanência prolongada em serviço de acolhimento institucional.

**Art. 3º** O GT Auxílio Famílias é composto por representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e de Conselhos, conforme a seguir:

I - do Poder Executivo:

a) pela Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher, por meio:

1. da Superintendência de Proteção Social Especial:

1.1. Marlucy Ramos Albuquerque Carmo, titular;

1.1.1. Gleuzenir Ferreira Lemos, suplente;

- 1.2. Lucas de Oliveira Borges, titular;
- 1.2.1. Dannyell Duarte dos Santos Cardoso, suplente;

2. da Superintendência de Proteção Social Básica:

- 2.1. Jaqueline Garcia, titular;
- 2.2. Erislene de Aguiar Machado Vieira, suplente;

3. da Superintendência de Administração, Finanças e Planejamento:

- 3.1. Kellen Esmeraldina de Araújo Fernandes, titular;
- 3.2. Lucas Vinícius Pereira da Silva, suplente;

4. da Assessoria Especial Jurídica, Hozayra Holemborg Araújo Chagas Pires, titular;

b) pela Secretaria Municipal Extraordinária de Igualdade Racial e Direitos Humanos:

1. Nélcio Nogueira Lopes, titular;
2. Kaio Costa e Silva, suplente;

II - pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins, por meio do Juizado Especial da Infância e Juventude de Palmas:

- a) Maria Margarete Marques Beber, titular;
- b) Cleide Leite de Sousa dos Anjos, suplente;

III - pelo Ministério Público do Estado do Tocantins:

- a) Sidney Fiori Júnior, titular;
- b) Laidy Laura Pereira de Araújo, suplente;

IV - pelo Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (Compede):

- a) Mônica Ferreira da Costa, titular;
- b) Ivamberto da Silva de Lemos, suplente;

V - pelo Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS):

- a) Selma Nascimento da Silva, titular;
- b) Jorge Issao Zensque, suplente;

VI - pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (Comdipi):

- a) Marisa Moreira da Silva dos Reis, titular;
- b) Erislene de Souza da Silva Facundo, suplente.

§ 1º As designações dos membros do GT Auxílio Famílias ocorrem mediante indicação das respectivas instituições representadas.

§ 2º A participação no GT Auxílio Famílias é considerada atividade de interesse público e não gera qualquer ônus adicional ao Município

**Art. 4º** Compete ao GT Auxílio Famílias:

I - analisar a possibilidade de implantação do Programa de Auxílio Financeiro;

II - minutar projeto de lei;

III - realizar diagnósticos das demandas.

**Art. 5º** O GT Auxílio Famílias conta com apoio técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher, órgão responsável por convocar e coordenar as reuniões e prover os meios necessários à execução das atividades do Grupo.

**Art. 6º** É revogado o [Decreto nº 2.582, de 11 de outubro de 2024](#).

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 11 de dezembro de 2025.

**JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS**  
Prefeito de Palmas

**Rolf Costa Vidal**  
Secretário-Chefe da Casa Civil do  
Município de Palmas

**Polyanna Marques Teixeira**  
Secretária Municipal de Ação Social e da  
Mulher